



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 30/2021

CARTA CONVITE 12/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM

RELATÓRIO:

Pedido de fornecimento de parecer jurídico referente à licitação na modalidade Carta Convite, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de serviços de jardinagem, paisagismo e limpeza de áreas de lazer e espaços públicos.

O pedido de contratação foi apresentado pelo Sr. Prefeito Martins Dias de Oliveira, o qual ainda autorizou a abertura do processo licitatório.

Estão anexados os orçamentos, a disponibilidade de dotação orçamentária, as minutas de Edital e Contrato, dentre outros documentos.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Técnico em relação à licitação acima identificada, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

O procedimento de licitação foi instaurado a partir de pedido do prefeito Sr. Martins Dias de Oliveira, com a justificativa de que há necessidade



de limpeza, paisagismo, jardinagem e manutenção nas áreas de lazer e prédios públicos, tais como praças, campos de futebol, canteiros, áreas/terrenos públicos nas comunidades do município.

Cabe ao gestor especificar adequadamente o objeto que está sendo licitado, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 14, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada. A conjugação dos Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que, juntos, dispõe da mesma forma, ou seja, que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

Portanto, o objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo qual uma necessidade da Administração deverá ser satisfeita, sendo vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que limitem a competição. Deve explicitar de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseja contratar.

No caso em tela, o Edital informa que a licitação tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços profissionais para locação de mão de obra integrando diversos serviços.

O Termo de Referência descreve os serviços de maneira excessivamente genérica, havendo necessidade de descrever com melhor clareza o objeto. Não estão descritos serviços, preços e quantidades de horas trabalhadas. Há necessidade de especificar o serviço, a quantidade e o preço que será pago, até mesmo cronograma e planilha dos serviços que serão realizados. De maneira que a licitação vincule os locais de prestação de serviços, as horas trabalhadas e os futuros pagamentos de acordo com a previsão de execução de serviços.

Os orçamentos foram anexados, servindo como parâmetros de preços dos serviços.

O Departamento de contabilidade forneceu as dotações orçamentárias para o pagamento dos serviços.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito e preço da contratação no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos



devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º “caput” da Lei de licitações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No caso, em se tratando de Carta Convite, vale mencionar que a respeito da publicidade do instrumento convocatório, deve-se atentar para a publicação do edital, a fim de ampliar a concorrência além dos convidados, haja vista que três é um número mínimo, o que não impede que a Administração admita uma quantidade maior de convidados.

O convite é a modalidade de licitação prevista no artigo 22, III, da Lei n.º 8666/93, utilizada para contratações de menor vulto, se destina a interessados que pertençam a ramo de atividade pertinente ao objeto a ser licitado.

O processo está devidamente instruído com os documentos e procedimentos relativos à fase interna, constando ainda, por último, a minuta do edital, e o respectivo contrato administrativo minutado que são os principais itens de análise e aprovação neste parecer.

O art. 40 do supracitado diploma legal indica as cláusulas obrigatórias que devem conter no edital. Do mesmo modo, o Art. 55 estabelece as cláusulas que obrigatoriamente devem constar nos contratos administrativos.

Examinando a minuta do Edital em tela e seus anexos, verifica-se que ele atende ao disposto no art. 40 da referida Lei, bem como a outros dispositivos legais correlatos, com a ressalta relacionada ao objeto.

A minuta do contrato administrativo também deve refletir todas as cláusulas obrigatórias previstas no art. 55, da Lei de Licitações, como também outras condições estabelecidas no edital, especialmente no que concerne ao objeto e sua execução. A Comissão de Licitação deve atentar para incluir os incisos VII, VII e IX, do artigo 55 da Lei 8666/93 no Contrato a ser firmado.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Deste modo, e estando a minuta do Edital, com a ressalva relacionada ao objeto, e o contrato em conformidade com as disposições da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 14 DE JULHO DE 2021


José de Barros Neto

Portaria 58/2012

José de Barros Neto
111.0000 - 048-MT 0001